



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

da Silva Goulart, Marcos Vinicius; Silveira dos Santos, Nair Iracema
Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil
Ciências Sociais Unisinos, vol. 50, núm. 2, mayo-agosto, 2014, pp. 127-136
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

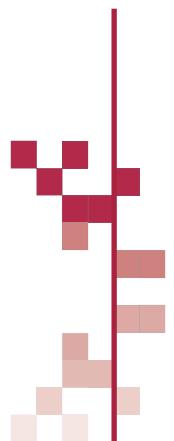
Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93832099004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil

Youth protagonism and human capital: An analysis of political participation of youth in Brazil

Marcos Vinicius da Silva Goulart¹
mvinicius.goulart@gmail.com

Nair Iracema Silveira dos Santos¹
niss@terra.com.br

Resumo

Este artigo analisa, a partir do referencial da psicologia social, como a participação política da juventude é problematizada nos discursos que têm constituído o campo de formulação e implantação das políticas públicas para a juventude. O ano de 1985 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) "Ano Internacional da Juventude", momento em que o papel político dos jovens foi exaltado em prol do desenvolvimento social não só dos países em desenvolvimento, mas também dos países desenvolvidos. Neste sentido, inspirados pelo referencial genealógico foucaultiano, analisamos como a relação entre juventude, desenvolvimento social e participação política aparece no campo de interesses de agências de cooperação internacional e Organizações Não Governamentais. O protagonismo juvenil e o voluntariado serviram como analisadores desse processo, em que pretendemos demonstrar que ambos se relacionam diretamente, prescrevendo aos jovens modos de ser e de agir. A noção de capital humano foi utilizada, permitindo-nos indicar que a ação política e social dos jovens pode ser vista como uma espécie de investimento em si mesmo e um modo de subjetivação.

Palavras-chave: protagonismo juvenil, capital humano, políticas públicas.

Abstract

This article analyzes, from the perspective of social psychology, the political and social participation of youth. The year 1985 was declared "International Year of Youth" by the United Nations (UN), and in that connection the political role of young people for social development was highlighted not only in developing countries, but in developed countries as well. In this context, inspired by Foucault's genealogical frame of reference, we analyze how the relation between youth, social development, and political participation appears in the field of interests of international cooperation agencies and nongovernmental organizations. Youth protagonism and volunteerism served as analyzers of this process, in which we intend to demonstrate that both are directly related, prescribing young people ways of being and acting. The notion of human capital is used, allowing us to indicate that the political and social action of youth can be seen as a kind of investment in themselves and a mode of subjectivation.

Keywords: youth protagonism, human capital, public policies.

Introdução

Este artigo analisa a participação social e política da juventude no contexto brasileiro, em consonância com os discursos da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele visa compreender os modos como as noções de voluntariado, protagonismo juvenil e capital humano se relacionam no interior de documentos e textos que prescrevem certo uso da "força" dos jovens para o desenvolvimento social do país. Consideramos para análise alguns documentos oficiais da ONU e do Governo Brasileiro, matérias de revistas e jornais, e pesquisas que desenvolveram uma reflexão sobre a juventude brasileira. Na análise empreendida, os discursos são tratados "[...] enquanto práticas que obedecem a regras" (Foucault, 2007, p. 157), entendidas aqui como o conjunto de ditos e interditos que se relacionam diretamente em uma prática social, produzindo modos de ser. Tratar os documentos dessa forma é demarcar relações que extrapolam a própria letra do texto, não havendo, por conseguinte, nada a ser interpretado por trás dos discursos. Por isso, é preciso tratar os documentos como elementos de uma trama em que, ao dizer-se algo sobre alguma coisa, explicita-se, em parte, uma relação de forças que é extremamente produtiva, pois os ditos e interditos expressos nos discursos dizem respeito àquilo que foi feito ou fazemos cotidianamente.

A pesquisa, deste modo, segue o princípio genealógico, isto é, uma reflexão crítica que procura apreender o discurso como elemento afirmativo, que estabelece relações de poder que constituem "[...] domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar proposições verdadeiras ou falsas" (Foucault, 1996, p. 69). Isso significa que é necessário conceber aquilo que se diz sobre algo como um dito que materializa relações complexas de poder em que objetos e sujeitos são elaborados e proposições acerca deles são produzidas. Deste ponto de vista, os ditos que fazem parte de determinado discurso são enunciações que produzem a trama social, numa correlação com os interditos, com aquilo que não deve ser enunciado, coisas que devem ser execradas de um domínio discursivo. Além disso, é preciso considerar que os discursos, dentro da perspectiva foucaultiana, formulam sujeitos e modos de vida, o que Michel Foucault chamou de modos de subjetivação, "[...] exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer, e às práticas que permitem transformar o seu próprio modo de ser" (Foucault, 1984, p. 39). Não apenas uma objetivação do sujeito por via de um jogo estabelecido externamente ao indivíduo, o que temos é uma relação que um sujeito estabelece consigo mesmo na correlação com as práticas sociais, os discursos.

No caso específico da noção de juventude, seria contraprodutivo estabelecermos um conceito correspondente a esta, anterior ao desenvolvimento da análise. Assim, procuramos dar vida a esse conceito a partir do solo tenso dos documentos, na relação que esses estabelecem com discursos concebidos como positividade, como materialidade, discursos que, ao dizerem algo, "formam sistematicamente os objetos de que falam" (Fou-

cault, 2007, p. 55). Portanto, não há um conceito de juventude que orienta a nossa pesquisa, mas uma análise que, em função do que é dito e do que não deve ser dito, problematiza a emergência desse conceito.

Podemos dizer que a juventude, considerada aqui como objeto de políticas públicas, é traçada em um campo de forças em que saberes formulam uma maneira de encarar a problemática da ação política voltada aos jovens, pautando condutas e maneiras de se vivenciar a experiência juvenil. Foi possível demonstrarmos que aspectos culturais, sociológicos e psicológicos da juventude são realçados, indicando olhares sobre esse objeto e, consequentemente, induzindo um modo de intervenção sobre uma população jovem.

Em suma, nas políticas públicas para a juventude, por exemplo, dos estudos sobre os jovens, passa-se à ação política que visa conduzir a juventude, enunciada como problemática, a uma situação controlável em termos de população, porém, esse movimento nos mostra duas maneiras distintas de olhar para a juventude brasileira. Uma coisa é fundar um conceito de juventude a partir de estudos sociais, em que a escuta dos jovens reelabora certo tipo de possibilidade de atuação. Outra coisa é uma política pública funcionando, em que a estratégia maior é a eficiência para resolver um problema populacional. A primeira leva mais em consideração os próprios jovens, e a segunda tem como foco a vida de toda a população.

O Ano Internacional da Juventude e a participação dos jovens

No dia 07 de janeiro de 1985, na cidade de Esteio, era dado o início às comemorações do Ano Internacional da Juventude no Rio Grande do Sul. Cerca de 1 mil pessoas caminharam aproximadamente 4 quilômetros com a finalidade de reivindicar melhores condições de vida para a juventude brasileira. A maioria era constituída por jovens ligados à Igreja, bem como representantes de partidos políticos que, em certo sentido, denunciavam uma série de dados estatísticos alarmantes:

São 12 milhões de desempregados [no Brasil] e 80% são jovens; a maioria é obrigada a trabalhar com 10 ou 14 anos, por causa das condições de vida das suas famílias; existem 10 milhões de boias frias, na maioria entre 15 e 25 anos; 35 milhões de analfabetos; 22 milhões de crianças sem escola primária; 25 milhões de menores carentes (Zero Hora, 1985, p. 29).

A participação evidente dos jovens era celebrada como uma nova postura da juventude gaúcha diante dos problemas sociais dos quais ela era uma vítima em potencial. A manifestação queria chamar atenção da juventude para o seu importante papel político, conclamando-a para a participação ativa nesse movimento mundial em prol dela própria. Além do mais, é ressaltado pelos organizadores da caminhada "[...] que os jovens estão reivindicando o seu espaço na igreja, como sangue novo,

querendo participar dela com sua força e ideias [...]” (*Zero Hora*, 1985, p. 29). Essa força estava ligada a uma nova maneira de encarar a juventude, que não deveria ser mais vista como “irresponsável”, “inconsequente” ou “rebelde”. Ao contrário, o que a caminhada queria demonstrar, e que está dito na reportagem que estamos analisando, é que os jovens estavam conscientes de seu papel, apresentando-se como atores importantes para o desenvolvimento do país.

Para pensarmos melhor nas reivindicações da caminhada em prol da juventude brasileira no Rio Grande do Sul, é interessante levarmos em consideração alguns ditos nos cartazes que os caminhantes portavam: “pelo direito de estudar e participar”, “trabalho e educação, mais arroz e mais feijão”, “queremos decidir o nosso futuro – voz e vez aos jovens”, “chega de manipulação”, “queremos uma real educação”, “prometeram pão e trabalho, mas o povo não os tem”, “pai nosso, o povo passa fome”. Como o autor da reportagem expõe, esses ditos diziam respeito à

[...] maioria dos problemas que angustiam a juventude: desemprego, baixos salários, êxodo rural, falta de oportunidades de estudo e capacitação profissional, saúde, transporte, moradia, desnutrição, não participação efetiva na sociedade (Zero Hora, 1985, p. 29).

Entretanto, não estamos diante de problemas que apenas assolavam a juventude. Os ditos escritos nos cartazes, que davam o tom da caminhada da juventude, diziam respeito a reivindicações muito mais amplas, que levavam em consideração grandes problemas sociais que atingiam toda a população, tais como a fome, o desemprego e a exclusão política. Ademais, não podemos deixar de levar em consideração duas forças que estão operando nessa ação em prol da juventude em 1985, a saber, os partidos políticos e a Igreja.

Ao mesmo tempo em que temos, nos anos de 1980, um declínio do movimento estudantil, expressão da rebeldia da juventude na década de 1960, observa-se uma espécie de reconfiguração dos movimentos sociais no Brasil que remonta a meados da década de 1970. Segundo Sousa (1999), esses movimentos sociais são ancorados em instituições como a Igreja Católica, o ecumenismo secular e entidades de cooperação internacional, bem como em forças ligadas à esquerda, tendo como princípio ações de caráter mais reivindicativo. Ora, isso evidencia que a participação de jovens ligados a setores da Igreja e a partidos políticos na caminhada em prol da juventude não ocorre por acaso, visto, como lembra a autora,

as Comunidades Eclesiais de Base [CEBs], em trabalhos que influenciavam a intervenção política dos seus fiéis através das questões cotidianas, interagiam com o sindicalismo em várias ocasiões, numa conjunción política em que os objetivos apontavam para a mesma direção, embora as origens e os interesses reivindicativos fossem diferenciados (Sousa, 1999, p. 83).

A Igreja, em sintonia com o novo sindicalismo – origem histórica do Partido dos Trabalhadores –, introduzia uma noção

de luta social que incorporava reivindicações que diziam respeito à vida das pessoas naquilo que elas tinham de mais comum: o trabalho, a moradia, a alimentação e o lazer. Era esse o caminho que os movimentos sociais do período trilhavam. A participação política e social dos jovens, nesse sentido, em 1985, era consequência dessa junção de forças que convergiam em alguns pontos que eram importantes para a sociedade como um todo.

O fato é que o incentivo à participação política e social dos jovens, entretanto, já estava na pauta da ONU (1975) há algum tempo. Os “serviços prestados” pela juventude eram vistos com bons olhos para o desenvolvimento social dos diversos países. Isso significava que as ações por parte dos governos, quando tivessem o jovem como objeto, deveriam levar em consideração o seu papel estratégico, pois eles eram atores sociais importantes para a vida de toda a população. Mas, ao mesmo tempo, a sua atuação social era importante para eles próprios, pois, a partir da sua intervenção, aprenderiam a tomar as rédeas de suas próprias vidas, ou seja, através da participação política o jovem exercitaria a sua liberdade.

Ora, nesse jogo em que o jovem é objeto de políticas públicas e constitui para si aquilo que ele pode ser, acontecem os processos de objetivação e subjetivação. O jovem se torna um objeto, uma vez que traços, padrões e conceitos formulam, ou melhor, prescrevem ações que visam “incluir-lo” num processo político global e, por outro lado, o jovem é subjetivado por “descobrir-se” naquilo que é dito nos textos e nas orientações das políticas públicas, transformando o seu modo de ser. Ele estabelece, como nos ensina Michel Foucault (1984), uma relação consigo mesmo.

Ora, o tema da participação política dos jovens é um lugar comum nas políticas públicas de juventude atualmente, constituindo-se como uma espécie de pilar metodológico para estas, de forma que, sem ele, a legitimidade de uma política pública é posta em dúvida. Esse tema, como foi evidenciado até aqui, não surgiu em 1985 com o Ano Internacional da Juventude, não era uma novidade, mas sim uma orientação que já vinha sendo discutida pela ONU há algum tempo. Como podemos ver a seguir:

En resoluciones de la Asamblea General, el Consejo Económico y Social y otros órganos de las Naciones Unidas, repetidas veces se destaca el hecho de que, para que el desarrollo tenga sentido para la población en general, y para los jóvenes en especial, que son quienes han de beneficiarse con él, tanto unos como otros no han de ser considerados meramente como objetos de las políticas de desarrollo sino también como participantes activos (ONU, 1975, p. iii).

Esse tipo de argumento enuncia que a juventude deve se tornar responsável pelo seu próprio futuro, tendo em vista que o desenvolvimento social tem como beneficiários principais os próprios jovens. Dessa maneira, o seu compromisso com a população em geral e com as futuras gerações seria também um compromisso consigo: sendo os jovens o futuro, nada mais justo do que eles se tornarem atores efetivos de mudanças no pre-

sente; eles investiriam no seu futuro. Outro ponto fundamental, nesse tipo de ideia, é a noção de que os jovens sabem cuidar dos seus próprios destinos; por consequência, temos a defesa de uma espécie de maioridade política da juventude, autoconsciente do seu papel social e capital importante para o desenvolvimento social e político.

Em 1975, por exemplo, o discurso das Nações Unidas sobre o papel da juventude diante do desenvolvimento social tinha como elemento fundamental a noção de "serviço voluntário", uma espécie de antídoto para os problemas sociais dos jovens. Naquele contexto, os jovens, ao atuarem voluntariamente, ajudariam

[...] a luchar contra el subdesarrollo y a establecer las bases de una nueva sociedad. Es éste el principal objetivo del servicio voluntario y, por ello, las actividades de servicio voluntario deben realizarse en el contexto del plan nacional de desarrollo (ONU, 1975, p. 35).

O serviço voluntário tinha como princípio fundamental a resolução de problemas relacionados ao "subdesenvolvimento", que pode ser caracterizado como pobreza, desemprego, falta de saneamento básico, falta de serviços de saúde, falta de moradia, etc. Isso não significa que o serviço voluntário é pensado como um tipo de atuação produzida apenas nas nações subdesenvolvidas. De fato, ele é direcionado a tudo aquilo que impedia o desenvolvimento social e econômico de um país; é por essa razão que deveria ser realizado no contexto de um plano nacional de desenvolvimento: em sintonia com estratégias governamentais diretamente ligadas à vida da população.

O incentivo ao voluntariado perdura há bastante tempo nos discursos das Nações Unidas sobre juventude. Na "Declaração de Lisboa e Braga sobre Juventude", o voluntariado também aparece como uma importante forma de participação dos jovens, fazendo parte de um conjunto de recomendações que, inclusive, sugere a abertura de canais de comunicação entre os jovens e os poderes públicos (ONU, 2001). Esse tipo de recomendação também aparece no "Programa de Ação Mundial para os jovens até o ano 2000 e anos subsequentes" (Resolução 50/81 aprovada em Assembleia Geral da ONU em 1996), um documento de extrema importância das Nações Unidas que sugere uma série de ações mundiais para a juventude. Sobre o voluntariado, ele diz o seguinte:

[...] los gobiernos deberían considerar la posibilidad de establecer programas de servicios voluntarios para los jóvenes. Esos programas podrían servir de alternativa al servicio militar o constituir un elemento obligatorio de los programas educativos, dependiendo de las políticas y prioridades nacionales. Entre las posibilidades ofrecidas deberían incluirse los campamentos de trabajo para jóvenes, los proyectos de servicios para la comunidad y los programas de protección ambiental y cooperación intergeneracional (ONU, 1996, p. 14).

É possível perceber, com tudo isso, que uma série de recomendações das Nações Unidas prescrevia o trabalho voluntário

como uma importante forma de participação política para os jovens, sendo que o incentivo a esse tipo de ação deveria ser dado por órgãos governamentais ou não governamentais que trabalhassem com a juventude. Podemos dizer que esse incentivo está em consonância com a atuação dos jovens na Igreja e nos partidos políticos, nos quais a caridade ou a ação "pela causa" aparece como um imperativo fundamental.

A caminhada de Esteio em 1985, em prol da juventude, pretendia marcar uma nova postura dos jovens diante da realidade. Ora, para um Brasil que se abria para a democracia, nada mais justo do que uma nova juventude com novas maneiras de agir. O que temos é a inserção não apenas dos jovens nas causas sociais, mas uma nova maneira de atuar tanto da Igreja, quanto dos sindicatos e dos partidos políticos ligados à esquerda; transfigurando-se em um movimento social de cunho mais global, os jovens já ensaiavam o seu protagonismo juvenil, conceito que será muito utilizado em trabalhos voluntários que envolvam jovens a partir do final da década de 1990 no Brasil.

Uma nova forma de atuação dos jovens: o protagonismo juvenil

Quando falamos em protagonista, não podemos deixar de levar em consideração que estamos falando de um termo relacionado ao teatro. O termo origina-se da composição de duas palavras gregas: *próto*s, o primeiro, e *agonizesthai*, combater, ou seja, o protagonista é o lutador principal. Atualmente "[...]" costuma-se referir aos protagonistas como personagens principais de uma peça, os que estão no centro da ação e dos conflitos" (Pavis, 1999, p. 310). Todavia, se pensarmos no contexto político e social, *mutatis mutandis*, o protagonista é aquele que intervém em um espaço social onde outros atores também atuam. Desse modo, as relações de poder – seguindo uma perspectiva foucaultiana (1988) – se dariam nas relações de força entre diversos atores inseridos em um cenário social, que é constituído, produzido e organizado pelas suas próprias relações/ações.

A ideia de um espaço de atuação dos atores juvenis, concebido como um cenário social, aparece em um dos livros canônicos dos estudos sobre juventude no Brasil. Em "Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano", Helena Abramo (1994) introduz o termo "estilos espetaculares" para indicar um tipo de atuação dos jovens no espaço público, pensado como "[...]" a dimensão da aparência, no sentido daquilo que aparece para os outros, que pode ser visto e ouvido por todos [...]" (Abramo, 1994, p. 150). Muito mais que propor um estilo de vida, segundo a autora, os jovens querem, a partir de sua atuação, problematizar o espaço público e provocar as pessoas.

Esses jovens não mudam de vida no sentido de romper com um sistema, eles continuam "[...]" trabalhando, procurando emprego, vivendo e estudando como antes [...]" (Abramo, 1994, p. 147). Ou seja, não há uma ruptura completa com a sociedade em que eles vivem. Os jovens encenariam em um cenário social,

intervindo, provocando e, ao mesmo tempo, não deixariam de fazer aquilo que normalmente todas as pessoas fazem. Ao falarmos em jovem protagonista estaríamos também falando daquele que encena em um cenário social? Segundo Regina de Souza, a emergência do termo "protagonismo juvenil" tem como ponto crucial a concepção de que o espaço público é um "[...] cenário em que indivíduos – os atores sociais, cujo aglomerado constitui a sociedade civil – encontram-se para negociar interesses e fazer coisas, isto é, atuam" (Souza, 2008, p. 43). Ela nos indica, portanto, que ser protagonista é atuar em meio à sociedade civil concebida como um conjunto de atores que negociam seus interesses e "fazem coisas" com o intuito estratégico de resolver seus próprios problemas. Atuar teria não somente o sentido de aparecer no espaço público, mas, também, estabelecer relações fundadas na troca de interesses.

É importante levarmos em consideração o que a autora em questão estabelece como "fazer coisas", visto, para ela, essa ideia servir como certa desvalorização da ação política (Souza, 2008). O jovem a partir disso teria como princípio da sua atuação um sentimento de se sentir útil para a sociedade, uma espécie de consolo existencial em que a mudança social estaria relacionada diretamente a mudanças específicas na vida do próprio jovem, através de pequenas intervenções que apenas serviriam para a sua autoformação. O cenário social é o espaço do aparecer e do fazer, e é na correlação dos dois que o jovem se constitui enquanto sujeito. Entretanto, "o fazer coisas ocupa o lugar da cidadania, com ela se confunde e oferece uma alternativa 'saudável' de participação juvenil. Participação, cidadania e trabalho voluntário equivalem-se e são definidos, todos, pela atividade" (Souza, 2008, p. 15). O interessante é que essa modalidade de atuação dos jovens é apresentada como uma nova forma de se fazer política para a juventude, de modo que a sua participação social se daria pela integração à sociedade e não pela via da rebelião, ou seja, essa nova forma negará aquele *ethos* de ruptura dos jovens ligados ao movimento estudantil das décadas de 1960 e 1970, muito presente nas análises sociológicas de Maria-luce Foracchi (1972), uma importante estudiosa do movimento juvenil brasileiro dessas décadas.

De outro modo, Antonio da Costa, um pedagogo e teórico do protagonismo juvenil no Brasil, define essa modalidade de ação como um elemento didático na formação do jovem para o exercício da cidadania plena, ou seja, ao atuar como protagonista o jovem trabalharia certas habilidades que o credenciariam para a vida em sociedade. O autor vê no trabalho voluntário um tipo de protagonismo, considerando este uma alternativa para canalizar positivamente a força da juventude (Costa, 1994). Nesse sentido, o protagonismo juvenil é um tipo de voluntariado em que

[...] a unidade básica de pensamento e de ação deve ser a pessoa. A pessoa tomada em toda sua inteireza e irredutibilidade, ou seja, um ente capaz de superar, ao mesmo tempo, o individualismo, que fragmenta e reduz, e o coletivismo, que dilui as diferenças e massifica os sujeitos (Costa, 1994, p. 68).

O protagonismo juvenil, a que o autor se refere, tem a pretensão de fugir de um culto ao indivíduo, mostrando para o jovem a importância de ele integrar-se à sociedade. Ele também não é um "coletivismo", em que o jovem, ao integrar-se, apenas se tornaria parte de uma massa amorfa – uma clara crítica ao movimento estudantil e partidário. Por outro lado, é possível perceber que esse tipo de voluntariado é orientado por uma crença de que os jovens se mobilizam por coisas que dizem respeito a si mesmos, se autorrealizando no simples ato de agir de forma cidadã. Ele não pretende se utilizar dos jovens, mas ensiná-los a como utilizarem o seu potencial em benefício próprio e da sociedade. Assim, ele seria uma atuação no espaço público e uma formação de si.

Em outro livro de Antonio da Costa, uma espécie de manual pedagógico do protagonismo juvenil, percebe-se uma remodulação dos ditos acerca da participação social da juventude. Falando sobre os jovens que vivem em situação de vulnerabilidade, o autor diz o seguinte:

O estímulo ao protagonismo juvenil no país deve, portanto, ser colocado a serviço de ações que contribuam para o desenvolvimento e a inclusão desses jovens, diminuindo as desigualdades e a distância que separam a juventude privilegiada daquela excluída do processo de desenvolvimento (Costa, 2000, p. 7).

Aqui o protagonismo juvenil aparece como um antídoto à exclusão social de alguns jovens, uma metodologia de trabalho para com uma parcela da população brasileira que vivencia graves problemas sociais. A questão de fundo seria transformar em cidadãos indivíduos "marginalizados", de forma que eles possam gerir a sua própria vida. Esse ensaio para a cidadania, que ser protagonista representa, é, também, uma maneira de tirar esses jovens de situações de risco como, por exemplo, a criminalidade. Não obstante, o trabalho com jovens, a partir dessa ótica, é uma "[...]" postura pedagógica visceralmente contrária a qualquer tipo de paternalismo, assistencialismo ou manipulação" (Costa, 2000, p. 23); ela é baseada em dois eixos fundamentais: aprender a ser e aprender a fazer.

Esses eixos fundamentais indicam um exercício dos jovens sobre as suas próprias condutas, pois, "aprendendo a ser", os jovens estariam se vinculando à sua própria identidade enquanto ser humano, e, "aprendendo a fazer", os jovens estariam formando-se para o mundo do trabalho, desenvolvendo habilidades como

[...] autogestão, heterogestão e cogestão, ou seja, ele aprende a lidar melhor com suas potencialidades e limitações (gerir a si mesmo), a coordenar o trabalho de outras pessoas (atuar sobre a atuação dos outros) e a agir conjuntamente com outros adolescentes e adultos na consecução de objetivos comuns (trabalho em equipe) (Costa, 2000, p. 22).

Sem sombra de dúvidas, aqui, o protagonismo juvenil tem como objetivo um tipo de emancipação do jovem em que não somente a autonomia política está em questão, mas também a

inserção no mercado de trabalho. Gerir a si mesmo não significa apenas ter uma consciência crítica diante de situações reais que afligem a sua própria realidade, criando estratégias efetivas para solucionar os seus problemas para além de soluções imediatas e emergentes. Ao contrário, esse tipo de modalidade de ação política dos jovens é baseado em uma formação para a cidadania vinculada a um humanismo, a valores sociais e humanos preconcebidos, em que a solidariedade, o ser útil para os outros, aparece como axioma para a constituição de uma nova identidade juvenil. O protagonismo juvenil, portanto, formaria um tipo de juventude a partir de uma noção de sociedade. De outro modo, as habilidades para lidar com o mundo do trabalho criam um ideal de jovem trabalhador a partir da formação de um capital humano, baseado na capacidade do jovem de empresariar a si mesmo – questão que veremos mais adiante.

Voltando ao primeiro texto citado de Antônio da Costa, vemos uma importante distinção entre paradigma de mobilização e paradigma de revolução. O primeiro indica uma prática política mais ligada ao protagonismo juvenil, na qual a

[...] pessoa que se mobiliza é aquela que pensa, sente e atua em favor de uma causa, sem romper com a sua vida familiar, escolar, profissional e comunitária. Trata-se, pois, de uma opção de natureza pessoal, uma opção que é fonte de prazer, de gratificação, de sentido de autorrealização para quem se mobiliza em favor de alguma causa com a qual se está comprometido em níveis profundos e, não apenas, num plano superficial (Costa, 1994, p. 69).

Já o segundo indica um tipo de prática que tem nos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970 e nos movimentos de contracultura do mesmo período o seu exemplo. O paradigma de revolução é aquele em que os jovens rompem com o seu cotidiano. Nesse sentido,

as rupturas foram de dois tipos: a adesão aos movimentos políticos armados de enfrentamento da ordem autoritária ou a adesão aos padrões de contracultura, do underground, da busca de formas alternativas de vida, negadoras dos valores sobre os quais se assenta a ordem estabelecida (Costa, 1994, p. 69).

Desse modo, não podemos deixar de levar em consideração que o projeto central do protagonismo juvenil, nessa perspectiva, está longe de ser algo ligado a uma transformação radical da sociedade. Ao contrário, ele está muito mais ligado a um plano pedagógico em que o jovem, ao fazer algo, aprende a ser cidadão, trabalhador e humano. Ele se apresenta como um projeto de inclusão social e de formação do jovem para a vida em sociedade tal qual ela é. Não há uma crítica à sociedade, de forma a repensá-la e propor novas formas de atuação política, mas uma atuação em um cenário já montado em que o que se deve fazer é resolver pequenos problemas emergentes. Para o protagonista, conforme esse discurso do protagonismo juvenil, é necessário fazer algo e não romper com a sociedade. É por isso que aquele movimento estudantil que se voltou contra a

ditadura militar não é um bom exemplo para esse tipo de atuação; ele figura apenas como um elemento mítico de um tipo de poder da juventude que, de uma forma ou de outra, deve ser posto de lado.

Protagonismo juvenil e capital humano: um modo de subjetivação neoliberal

Um documento oficial importante para o nosso estudo é o Projeto do Plano Nacional de Juventude de 2004, que é fruto de um conjunto de seminários, audiências públicas e discussões em âmbito nacional. Foi uma produção a partir de uma grande mobilização que contou com a presença de especialistas, gestores públicos e representantes da sociedade civil – muito deles, jovens. A ideia era a elaboração de um plano nacional que orientasse as ações políticas relacionadas à juventude, trabalho este coordenado pela Comissão Especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude (CEJUVENT), constituída através de ato da Presidência da Câmara dos Deputados em 2003. A importância desse documento não repousa no seu caráter oficial, mas na sua produção, na mobilização que ele gerou e na sintonia com o discurso da ONU sobre políticas públicas de juventude. A proposta do plano, formalizada como projeto de lei, apareceu em um momento de grande esforço coletivo, em que vários atores sociais, na tentativa de consolidar ações políticas governamentais relacionadas aos jovens brasileiros, reúnem-se e discutem os rumos efetivos das políticas governamentais ligadas à juventude. Ele também se insere num conjunto de recomendações da ONU que, como vimos, dizem que as políticas públicas para a juventude devem estar em consonância com um plano nacional de desenvolvimento, não sendo ações isoladas, que apenas agiram sobre problemas emergentes. Ao contrário, elas devem ter uma relação com o desenvolvimento, devem ter em vista que os jovens são o "futuro no presente" e, por isso, devem ser considerados atores estratégicos para o desenvolvimento social desde já.

É preciso levar em consideração que um dos objetivos do Plano Nacional de Juventude é incorporar "integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares" (Brasil, 2004, p. 4). Isso indica um investimento sobre uma população jovem em sua diversidade; porém, não significa dizer que há uma juventude do esporte, da religião ou da educação; mas sim, um sujeito que deve ser conduzido nos diversos aspectos de sua vida, inclusive na relação consigo mesmo, pois o protagonismo juvenil, a participação da juventude, como mostramos, é uma prescrição pedagógica estratégica que atravessa a própria concepção de política pública de juventude. Desse modo, podemos dizer que o protagonismo juvenil opera na perspectiva de uma governamentalidade, conceito cunhado por Michel Fou-

cault (2008a), que indica uma mudança histórica na ação política do Estado, que, para além de buscar uma ação de domínio externo aos indivíduos, indicando normas e leis que eles devem seguir, visa orientar as formas como os indivíduos estabelecem relações consigo mesmos. No caso do protagonismo juvenil, não apenas indicando o que um jovem deve fazer, mas o que ele deve ser.

Em um documento da ONU intitulado "Políticas Nacionales para la juventud en los países en desarrollo", é definido claramente o que é uma política de juventude:

la política para la juventud consiste en el conjunto de una serie de políticas destinadas a ella que entran en la educación, capacitación, salud, asuntos sociales, empleo, desarrollo rural, juventud y deporte, justicia e defensa (ONU, 1985, p. 2).

Essa modalidade de política pública teria como objetivo uma ação sobre várias esferas da vida dos jovens, não sendo uma temeridade dizer que ela tem como estratégia a gestão de suas vidas em relação à sociedade, fazendo com que esses jovens sejam atores estratégicos no desenvolvimento social, incluindo-os e fazendo-os participarem da sociedade enquanto tal, sem rupturas ou conflitos que ponham em risco as estratégias que visam à melhoria da vida de toda a população.

A prática do protagonismo juvenil, em termos oficiais, desse modo, se torna um eixo fundamental das ações políticas que têm os jovens como público-alvo, isto é, na concepção do protagonismo juvenil "[...] o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor" (Brasil, 2004, p. 22). É claro que não podemos nos prender apenas ao termo "protagonismo juvenil", mas levar em consideração que ele está relacionado a um tipo de prática política que não prescinde de todo um trabalho de formação e autoformação do jovem, elementos comuns em ações políticas que tentam incentivar um ideal de cidadania para a juventude. Com isso, temos aqui uma continuidade em relação à noção de protagonismo juvenil apresentada por Antonio Costa (1994, 2000), que vimos anteriormente.

Por outro lado, em outro documento importante, já citado, temos a elaboração da ideia de que os jovens, em relação à sociedade, "constituyen un recurso humano importante para el desarrollo y son agentes fundamentales del cambio social, el desarrollo económico y la innovación tecnológica" (ONU, 1996, p. 1). Ora, isso significa não apenas a ideia de que os jovens devem se tornar atores principais das ações políticas governamentais ou não governamentais, mas sim, que a sua força deve ser capitalizada, deve ser transformada numa espécie de moeda de troca, um trunfo para desenvolvimento e progresso mundial.

É preciso levar em consideração que, com esse dito acerca da juventude enquanto "futuro no presente", temos uma espécie de estreitamento do discurso da responsabilidade para com as futuras gerações. Isso é um ponto importante, pois não se está apenas falando de uma preocupação com as gerações futuras, aquelas que nem existem ainda, e sim de uma preocupação de

quem vive agora consigo mesmo. Diríamos que a sociedade quer ações no presente por parte dos jovens, porém, para eles, essas ações são vendidas como investimentos no seu próprio futuro.

É interessante, nesse caso, trazer à tona uma discussão muito presente no Brasil em relação ao investimento nos jovens. Segundo essa discussão (Castro *et al.*, 2007), o Banco Mundial (órgão de cooperação internacional ligado ao Sistema das Nações Unidas), em contraposição ao Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), está mais preocupado com os jovens no sentido de vê-los como um capital, algo a ser investido em termos de benefícios econômicos. A própria noção de juventude do Banco Mundial não leva em consideração a juventude como uma "condição social", mas como uma "geração futura", algo a ser investido, portanto. *Grosso modo*, para o Conjuve a juventude é algo do agora, uma condição com demandas particulares e imediatas. Já para o Banco Mundial, a juventude é uma janela de oportunidades, uma espécie de fundo de aplicação em que certo capital investido gerará rendimentos.

Esse tipo de leitura, que estabelece uma dicotomia entre ações políticas com viés econômico, e ações políticas com viés libertador e social, reduz, de alguma forma, a discussão ao tema do domínio do Banco Mundial na América Latina. É claro que reconhecemos isso, contudo, o sentido que estamos dando à palavra investimento não é apenas econômico. Quando se fala em investir nos jovens, estamos levando em consideração que tanto o Banco Mundial quanto o Conjuve veem nos jovens algo positivo, que precisa ser cultivado, repensando-os em termos de sociedade. Diríamos que, em ambos os casos, temos um incentivo ao investimento nos jovens, pois eles são atores sociais estratégicos.

Por ora, cabe ressaltar, que o Banco Mundial, há algum tempo, vem participando e financiando projetos e pesquisas que têm a juventude como objeto. O alto índice de desemprego entre jovens, a criminalidade e a baixa escolarização, são situações e comportamentos considerados de risco, que causam prejuízos econômicos e sociais para os países em desenvolvimento, segundo essa organização, indicando que:

A prevenção desses comportamentos aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde, maiores ganhos potenciais, e um maior potencial para desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos para serem gastos em outras iniciativas e aumentando o crescimento na medida em que as pessoas teriam maior capital humano e, assim, maior capacidade produtiva. Isso sugere que recursos públicos gastos no desenvolvimento dos jovens são uma parte necessária da estratégia de investimento de um país para o desenvolvimento econômico e social (Banco Mundial, 2006, p. 104).

Dessa forma, os comportamentos de risco dos jovens são prejudiciais, tanto para eles quanto para a sociedade, isto é, o prejuízo de um é o prejuízo do outro. Investir no jovem é investir no país. Entretanto, não podemos deixar de levar em consideração a noção capital humano, pois ela diz respeito à relação que um sujeito estabelece consigo mesmo. Ela tem um significado

importante, pois, a partir dessa noção, o sujeito, com aquilo que ele é e sabe fazer, passa a ser a sua própria moeda de troca. As suas habilidades, portanto, serão vistas como um capital, algo que pode lhe gerar, inclusive, renda. Falar em investimento no capital humano significa falar em investimento nas capacidades das pessoas e, por conseguinte, nas suas maneiras de gerir suas próprias vidas.

A noção de capital humano está ligada ao neoliberalismo americano que, influenciado pela Escola de Chicago, concebe as relações sociais fundadas ontologicamente por relações de mercado. É importante termos em vista que

[...] o termo *Escola de Chicago* surgiu na década de 1950, aludindo às ideias de alguns professores que, sob a influência do paradigma econômico neoclássico e sob a liderança de Theodore Schultz, atuavam junto ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago (Costa, 2009, p. 174).

A partir da perspectiva do capital humano, as pessoas passam a ser concebidas como empresárias de si e empreendedoras. Mas o que significa ser empresária em si? Significa que as pessoas devem aumentar e melhorar as suas habilidades, possibilitando uma geração de renda a partir daquilo que elas são capazes de fazer. Podemos entender como capital humano, então, tudo aquilo que pode proporcionar a uma pessoa um ganho futuro: uma formação cultural, um aprendizado de uma profissão, algum tipo de conhecimento, um intercâmbio e, até mesmo, o cuidado que o pai tem para com o seu filho (Schultz, 1973). Levando em consideração o trecho do documento do Banco Mundial supracitado, as políticas públicas de juventude deveriam elevar o capital humano e, consequentemente, a capacidade de produção dos jovens. Mas produção de quê? De tudo aquilo que pode se converter em elemento de troca nesse contexto social permeado por uma economia de mercado.

Essas afirmações explicitam a concepção de que os sujeitos "não são, apenas e tão somente, constituídos por uma normatividade médico-psi, mas cada vez mais produzidos por uma normatividade econômico-empresarial" (Costa, 2009, p. 180). O modelo empresarial, nesse contexto, constitui o fundo ontológico do plano social, operando diretamente na maneira como as pessoas se compreendem enquanto indivíduos. No caso da juventude que é objeto de políticas públicas, o incentivo ao protagonismo juvenil teria a finalidade de constituir um sujeito que aprende a fazer por si mesmo, tanto na esfera política, quanto na esfera econômica. Ele aprenderia a autoinvestir-se adquirindo mais capital humano. Michel Foucault (2008b), ao analisar essa ideia, reintroduz uma figura clássica, o *homo oeconomicus*, que, nesse caso, não é mais um homem da troca, mas um homem empreendedor de si mesmo, que visa beneficiar-se, inclusive economicamente, de mudanças no seu modo de ser e de suas

práticas. Assim, podemos dizer que o incentivo ao protagonismo juvenil não é apenas um exercício de "autonomia" política, e sim um exercício empreendedor.

O incentivo ao empreendedorismo juvenil é um ponto comum em alguns documentos que pautam as políticas públicas de juventude. No entanto, é preciso levar em consideração que empreender não é apenas constituir uma empresa ou investir dinheiro, porém, executar uma tarefa, fazer algo que exija certa força e coragem: algo como uma capacidade própria que só depende de si mesmo. Por outro lado, tendo em vista a concepção de capital humano, empreender é formar-se, é também investir em si, acumulando saberes para que esses sejam contabilizados como capital, numa espécie de economia de conhecimento. Dessa maneira, podemos estabelecer uma conexão entre protagonismo e empreendedorismo, tendo em vista que ambos dizem respeito a um autoinvestimento que tem por finalidade um tipo de autonomia.

O Projovem Integrado², uma grande política de inclusão social da juventude no Brasil, tem o protagonismo e o empreendedorismo juvenil como pilares metodológicos, demonstrando que a educação da juventude tem um importante papel estratégico para o Governo. No manual do educador do Projovem é dito o seguinte:

O que está em jogo é uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação condizentes com o Século XXI. Assim como, frente à globalização dos mercados, redesenha-se o mundo do trabalho, constrói-se uma nova cultura de formação que deve permitir ao jovem tanto se adequar às demandas do mercado de trabalho quanto buscar formas de empreendedorismo individual, cooperativo e associativo (Brasil, 2009, p. 33).

A proposta pedagógica do Projovem Urbano, que é uma modalidade do Projovem Integrado, é formar os jovens para um mercado de trabalho globalizado, vislumbrando nessa formação a constituição de um sujeito empreendedor que, em articulação com formas de cooperativismo e associativismo, institua novos valores que não apenas os da competição, mas do compromisso social, contrapondo-se a uma noção de mercado que, em certo sentido, é dada como ultrapassada, ou seja, são novos valores que devem se voltar contra a crueldade do tipo de economia e sociedade atual. O jovem, através desse tipo de conhecimento, elevaria não somente o seu capital humano, mas, também, o seu capital social, entendido aqui num sentido muito estreito, como a capacidade de estabelecer redes, conexões e trabalhos coletivos.

No Plano Nacional de Juventude, de forma mais incisiva, o empreendedorismo aparece como um elemento fundamental da emancipação da juventude, a partir da ideia de que é preciso incentivar os jovens a constituírem pequenos negócios, estabelecer relações cooperativas de mercado e desburocratizar o aces-

² Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, criado em 2005 pelo Estado brasileiro e que, atualmente, incorporou o Consórcio Social da Juventude, o Juventude Cidadã e o Escola de Fábrica, constituindo-se assim o Projovem Integrado.

so dos jovens a microcréditos. O empreendedorismo também aparece como algo importante do ponto de vista pedagógico. No item "incentivo permanente à educação", temos a seguinte preceito:

Inserir conteúdos curriculares que valorizem a consciência participativa, política e cidadã dos jovens, como o associativismo, o cooperativismo e o conhecimento da organização da produção (Brasil, 2004, p. 8).

E, além disso, no próprio documento, vemos a preocupação em formar os jovens profissionalmente sem deixar de levar em consideração "a formação socioeducativa com ênfase em: formação específica, conceito de cidadania, reconhecimento de potencialidades pessoais, culturais e artísticas e estímulo ao protagonismo juvenil" (Brasil, 2004, p. 11). Podemos dizer, com isso, que ambos, o empreendedorismo e o protagonismo, são correlatos de uma mesma prática pedagógica que visa tornar os jovens emancipados e participes do desenvolvimento social do país. É preciso formar a juventude, é preciso torná-la um ator social importante, pois, por si só, ela não é.

Enfim, é possível perceber, ao chamarmos a atenção para a relação direta entre protagonismo juvenil, capital humano e empreendedorismo, que ambos estimulam certo investimento nos jovens e, ao mesmo tempo, a prescrição de um autoinvestimento do jovem nele mesmo. Ora, pensar a partir desse ponto de vista é perceber que a emancipação da juventude, no interior das políticas públicas, só se daria a partir de um cultivo de si mesmo, no qual o jovem vai se percebendo enquanto um sujeito que possui certo valor ao adotar condutas que aumentam o seu capital humano. Com isso, uma formação visando a uma ação social, uma formação para o trabalho, uma formação política, e outras coisas afins, devem servir como movimento de aquisição de certos bens pessoais. Devem, também, fazer com que eles aprendam a capitalizar a sua vida investindo naquilo que eles têm de mais seu: as suas aptidões e a sua conduta política e moral.

Conclusão

O protagonismo juvenil, como foi possível vermos, carrega em si uma série de consequências importantes para os estudos sobre juventude. É claro que resolvemos não seguir a linha interpretativa que vê nele um engodo político, uma liberdade tutelada. Ao contrário, ele introduz uma prática política e social em que há uma espécie de defesa de uma autoconsciência da juventude, em que o jovem é chamado para o espaço público para atuar a partir daquilo que ele sabe, isto é, a partir da sua própria vida, uma prática que articula ação externa e relação consigo mesmo, isto é, uma governamentalidade (Foucault, 2008a). O jovem, ademais, é chamado para ser ator, participa intervindo no espaço público e, ao mesmo tempo, aprende a ser cidadão. O protagonismo juvenil, desde esse ponto de vista, também pode ser considerado um ensaio para a cidadania, tendo em vista que temos um ator aprendendo. Introduz uma espécie de poder que pode ser

cultivado em cada jovem e utilizado estratégicamente nas ações governamentais direcionadas à juventude: não há rebeldia contra o sistema, mas consciência do seu papel dentro do sistema. Não se faz uma crítica radical à sociedade, contrariamente, tenta-se consertá-la, incluindo-se a ela. É um modo de subjetivação (Foucault, 1984) em que o jovem se torna um cidadão importante na manutenção do bem-estar social, vendo-se como agente disso.

Entretanto, quando falamos em ensaiar, não estamos dizendo que há um imenso teatro em que o jovem é dirigido pelo Estado ou por forças ocultas maiores. Não é isso. Estamos dizendo que essa prática política é educativa, o jovem vai aprendendo na medida em que vai agindo, isto é, em si mesmo o jovem não é protagonista, ele pode e aprende a ser. Isso também não significa que, ao aprender a ser, o jovem estaria sendo usado ou meramente conduzido pelo "poder", porém, que ele estaria vivenciando uma prática ou modo de ação atravessado por uma série de prescrições e imperativos que vão desde como ele deve agir ao que ele deve ser. É a ação política dos jovens atravessada por discursos sobre políticas públicas de juventude, e não meramente domínio, tutela ou "alienação".

Quando os jovens decidem participar da caminhada em prol da juventude em 1985, na cidade de Esteio, não significa que eles resolveram seguir à risca as prescrições da ONU. Fazer esse tipo de leitura é reduzir a importância desse fato. Podemos dizer que os jovens estão fazendo parte de um acontecimento que é atravessado por uma interdição da força dos jovens enquanto rebelião social. Eles não estão rompendo com o sistema ou sociedade, mas se inserindo em lutas particulares juntamente com outros movimentos sociais, entrando em cena e vivenciando uma experiência política que tem a sua importância naquele contexto. No entanto, entrar em cena, participar desse "espetáculo", significava participar da democracia brasileira, reivindicando o seu espaço. Não queremos questionar a legitimidade desse momento que julgamos importante. O fato é que os jovens estavam lá, questionando e se solidarizando com problemas sociais maiores do que os seus próprios problemas – queiramos ou não.

Traçar uma conexão entre a caminhada de Esteio e o discurso do protagonismo juvenil não nos parece algo tão simples, embora a ideia de "dar voz" aos jovens e incentivar a sua participação seja um ponto central daquela ação. Podemos dizer que essa caminhada representava um modo de o jovem participar de questões políticas ligadas a problemas enfrentados pela sociedade como um todo. Nesse sentido, ele estaria reformulando a sua maneira de atuar politicamente, não sendo mais um poder de explicitar uma crise social em que os rumos são incertos, mas sim, um poder que sabe o que quer, tendo noção dos rumos que a sociedade deve seguir, sempre atento a "mudanças". Não mais revolução, mas transformação. Não mais rebeldia, mas consciência política do seu papel. A juventude ocupa um papel importante enquanto ator político, com uma missão específica: reformular a sociedade para que o futuro seja melhor.

De outro modo, em termos sociais, como vimos, o protagonismo juvenil tem como pressuposto a ideia de que a sociedade é uma espécie de cenário social em que vários atores sociais atuam,

negociando interesses. Não obstante isso, algumas vezes, o protagonismo aparece como algo intrínseco à juventude, uma espécie de naturalização de uma inclinação real do jovem a ser protagonista (Souza, 2008). Todavia, o importante, para nossa pesquisa, é que o protagonismo juvenil representa não somente um modo de subjetivação conduzido por práticas pedagógicas ou imperativos que incitam o jovem a participar ativamente da sociedade, mas também um investimento, tanto da ação governamental voltada aos jovens, quanto da ação dos jovens sobre si mesmos.

A participação política e social da juventude, além do mais, tem implicações econômicas, conforme analisamos quando relacionamos protagonismo juvenil, empreendedorismo juvenil e capital humano, chegando à conclusão que esses discursos incitam um investimento dos jovens em si mesmos, em sintonia com a ideia de *homo oeconomicus* (Foucault, 2008b), pois o jovem é concebido, também, como um empreendedor de si mesmo. Assim, estabelecer aqui uma relação direta entre aquelas três noções, significa dizer que o poder dos jovens é visto como algo a ser investido: os jovens investiriam, a partir do protagonismo juvenil, no seu próprio poder enquanto participantes da sociedade que deve ser transformada.

Ser protagonista, com todas as suas implicações, também quer dizer investir em si mesmo, melhorar a sua própria situação e, consequentemente, ter o poder de se transformar, adquirindo habilidades que o ajudarão a lidar com as adversidades da vida social. Ser protagonista e empreendedor é fazer por si só, se autoproduzindo na relação consigo e com o seu contexto social.

A única certeza que temos, por ora, é que precisamos ainda reinventar os modos de encarar o papel dos jovens no interior das políticas públicas. A questão não é dizer o que é ou não é uma ação protagonista, estabelecendo dicotomias que partem de noções preconcebidas de liberdade ou cidadania. Devemos tentar seguir outro caminho, pensando que com essa lógica do protagonismo juvenil, com esse tipo de modalidade de ação política dos jovens, reformulam-se práticas, reformulam-se juventudes. É preciso, portanto, pensar no escuro, lá onde as políticas públicas de juventude nada iluminaram, lá onde os protagonistas não têm palcos para atuar, lá onde o espetáculo espera o seu começo – na tensão entre crise e possibilidade.

Referências

- ABRAMO, H.W. 1994. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo, Scritta, 172 p.
- BANCO MUNDIAL. 2006. Jovens em situação de risco no Brasil: Volume II: Relatório técnico. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186331278301/21Vol2Port.pdf>. Acesso em: 27/01/2014.
- BRASIL. 2004. Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude. Plano Nacional de Juventude. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/MontarIntegra.asp?CodTeor=253927>. Acesso em: 27/01/2014.
- BRASIL. 2009. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Projovem Urbano: Manual do Educador, Orientações Gerais. Disponível em: http://www.projovemurbano.gov.br/userfiles/file/materialdidatico/educador/guias/Manual_Orientacoes_Gerais.pdf. Acesso em: 27/01/2014.
- CASTRO, M.G.; ABRAMOVAY, M.; LEON, A. 2007. *Juventude: tempo presente ou tempo futuro?* São Paulo, GIFE, 189 p.
- COSTA, A.C. 1994. Uma forma de protagonismo juvenil. *Dois Pontos: Teoria e Prática em Educação*, 2(19):67-69.
- COSTA, A.C. 2000. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador, Fundação Odebrecht, 332 p.
- COSTA, S.G. 2009. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 34(2):171-186.
- FORACCHI, M.M. 1972. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira, 168 p.
- FOUCAULT, M. 1984. *A história da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 333 p.
- FOUCAULT, M. 1988. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 176 p.
- FOUCAULT, M. 1996. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Edições Loyola, 79 p.
- FOUCAULT, M. 2007. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 236 p.
- FOUCAULT, M. 2008a. *Segurança, território, população: Curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo, Martins Fontes, 572 p.
- FOUCAULT, M. 2008b. *O nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo, Martins Fontes, 474 p.
- ONU. 1975. *Servicios prestados por la juventud: un estudio de la experiencia de ocho países*. Nueva York, ONU, 114 p.
- ONU. 1985. *Políticas nacionales para la juventud en los países en desarrollo*. Nueva York, ONU, 31 p.
- ONU. 1996. Programa de Acción Mundial para los Jóvenes hasta el año 2000 y años subsiguientes. Disponível em: <http://www.cinu.org.mx/temas/desarrollo/dessocial/integracion/pmaccion2000beyond.pdf>. Acesso em: 27/01/2014.
- ONU. 2001. Declaración de Lisboa y Braga sobre juventud. In: *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur*. Santiago, p. 143-158.
- PAVIS, P. 1999. *Dicionário de teatro*. São Paulo, Perspectiva, 483 p.
- SOUZA, J.T.P. 1999. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo, Hacker Editores, 232 p.
- SOUZA, R.M. 2008. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo, Paulus, 216 p.
- SCHULTZ, T.W. 1973. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 250 p.
- ZERO HORA. 1985. Caminhada reivindica direito dos jovens. Porto Alegre, 07 jan., p. 29.

Submissão: 28/01/2014
Aceite: 05/05/2014